



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680876 - RJ (2021/0223376-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARIA ODILIA GUEDES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARIA ODILIA GUEDES DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0 29 24 19-57 .2 01 7. 8. 19. 00 01).

A paciente foi condenada à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, e 48 dias-multa, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 171 e 155, caput, na forma do art. 69, do Código Penal.

A defesa interpôs apelação no TJRJ, postulando a absolvição e, subsidiariamente, o redimensionamento da pena, a redução proporcional da quantidade de dias-multa e a adequação do regime inicial de cumprimento de pena. A Quarta Câmara Criminal negou provimento ao recurso.

A impetrante, no presente *habeas corpus*, alega que, ao fixar a pena-base, "o magistrado de primeiro grau afastou-se do que preceitua o art. 59, do Código Penal, não apontando motivação idônea que justificasse a fixação da pena em tão elevado patamar, no que foi acompanhado pela C. Câmara" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de habeas corpus para que seja reduzida "a pena-base ao mínimo legal ou mais próximo dele para que seja fixado o regime de cumprimento de pena mais brando" (fl.11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração – redimensionamento da pena e regime mais brando para cumprimento –,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente